

“Civilização e liberdade, pátria e humanidade”: os propagandistas republicanos pelotenses e a abolição da escravidão

“Civilization and freedom, homeland and humanity”: Pelotas' republican propagandists and the abolition of slavery

Jéssica Rodrigues Bandeira Peres

 <https://orcid.org/0000-0003-4412-5123>

Universidade Federal de Pelotas

Resumo: A cidade de Pelotas, situada na Província do Rio Grande do Sul, foi a principal produtora de charque do Brasil e, palco de uma das elites de maior prestígio social do Império. Os charqueadores estavam entre as elites mais ricas, prestigiosas e poderosas do país e, politicamente, serviam como braço direito da monarquia na região. Na década de 1880, mesmo em um contexto de profunda crise nas charqueadas escravistas e, de intensa campanha abolicionista, os barões do charque continuaram como um alicerce do Império e da escravidão em toda fronteira Sul. Todavia, muitos dos principais republicanos de Pelotas eram os herdeiros desses senhores e das fortunas construídas através dos longos e intensos anos de atividades escravas na região. Como resultado, vários são os questionamentos que pairam sobre como os republicanos pelotenses se comportaram diante deste desafio, além das estratégias que eles utilizaram para não perderem espaço dentro do debate abolicionista.

Palavras-chave: História política. Abolição. República. Propagandistas. Pelotas.

Abstract: The city of Pelotas, located in the state of Rio Grande do Sul, was the main producer of jerky, or charque, and home to one of the most prestigious elites of Imperial Brazil. The ranchers that produced it, called charqueadores, were among the wealthiest, most prestigious and most powerful groups, and, politically, served as right hands for the monarchy in the region. In the 1880s, even during a period of deep crisis for these slave holding ranches, and of intense abolitionists movements, the charque barons continued as a foundation for the empire and slavery at the southern border. However, several of the most relevant republicans of Pelotas were themselves heirs to these barons and to the wealth built through a long and arduous line of slave labor in the region. As a result, there are several questions in regard to how Pelotas' republicans behaved in face of this challenge, and which strategies they employed to maintain their space within the abolitionist debate.

Keywords: Political History. Abolition. Republic. Propagandists. Pelotas.

Nos anos finais do Império, muitas questões políticas e sociais foram debatidas vigorosamente no país, principalmente na imprensa e nos círculos intelectuais. Entretanto, os temas da abolição e da república foram os principais assuntos discutidos no cenário nacional. Essas questões foram levantadas em outros períodos da história brasileira, mas é a partir dos anos de 1870 que o debate se torna ainda mais intenso. Na década seguinte, principalmente entre os anos 1885 e 1888, o abolicionismo enquanto movimento social ganha destaque em todo o país, não mais apostando somente em ideias emancipacionistas e sim na abolição propriamente dita (FERNANDES, 2006, p. 182).¹



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

¹ A campanha abolicionista mereceu inúmeros estudos. Para uma revisão historiográfica, ver Angela Alonso (2015).

A abolição da escravidão e o advento da República aconteceram em anos consecutivos, revelando serem movimentos que dialogavam bastante. Contudo, estava longe de ser homogênea a posição dos republicanos em torno da abolição. Enquanto alguns acreditavam ser urgente a libertação dos escravos, outros defendiam a protelação da escravidão, ou até mesmo não viam essa demanda como um tema a ser debatido e resolvido pelo partido republicano, e sim uma questão social que deveria ser resolvida pelo próprio sistema monárquico, já que foi essa instituição que a legitimou. Predominava entre os republicanos uma orientação neutra, para que os dois dilemas – república e escravidão – permanecessem separados.

A República seria o regime do futuro do país e a escravidão era o regime de trabalho do passado, instituído pela Monarquia. Não era responsabilidade dos republicanos, mas, por outro lado, reconhecia-se a importância da escravidão para o funcionamento da economia do país. Observe-se que boa parte dos republicanos não via com bons olhos um rompimento abrupto do regime de trabalho – ou seja, a abolição imediata sem indenização (FERNANDES, 2006, p. 187)

É plausível supor que o nível de participação dos republicanos no movimento abolicionista também esteve ligado as regiões em que viviam. Em São Paulo e no Rio de Janeiro principalmente, a abstenção acerca do tema da abolição foi de suma importância por muitos anos, já que contavam com muitos fazendeiros senhores de escravos em seus partidos. Os membros do Partido Republicano Paulista (PRP), por exemplo, amparavam-se na ideia do federalismo e da não interferência econômica do Estado, para defender o direito de cada província decidir sobre a questão da abolição conforme suas “necessidades”. Defenderam também que a abolição ficasse a cargo da iniciativa individual, ou seja, que os próprios senhores de escravos os libertassem, argumentando que essa seria a melhor forma de pôr fim a esse sistema. Conforme Maria Fernanda Fernandes (2006) essa prática chegou a ser aderida no congresso pelo PRP, na ocasião em que é anexada uma circular de Campos Sales indicando para seus colegas de partido que libertassem seus escravos.²

O documento de fundação do Partido Republicano que foi publicado em 1870, foi solidificado em um novo congresso realizado no ano de 1886. Contudo, esse novo registro colocava-os em uma posição diferente da anterior. “Se a monarquia não resolveu, caberia aos republicanos esboçar uma solução bastante conservadora: propunham acabar com a escravidão em território nacional num prazo que não excedesse a data do centenário da Revolução francesa”. O crescimento do movimento abolicionista em todo o país, pode ser considerado como a razão para a mudança de posição do partido em torno deste tema, “não era possível aos republicanos manter a postura ambígua e o silêncio por tanto tempo. Os republicanos corriam o risco de serem surpreendidos pela abolição sem terem assumido claramente uma postura a respeito” (FERNANDES, 2006, p. 189).

No Rio Grande do Sul, o ano de 1884 pode ser considerado um importante marco para o movimento emancipacionista e abolicionista. Assim como ocorreu na cidade de Pelotas, em várias cidades da Província um número grande de cartas de alforria foram concedidas, contudo, mediante cláusulas de prestação de serviço, que variavam de três a sete anos de trabalho após a sua data de expedição. Júlio de Castilhos – idealizador e chefe máximo do Partido Republicano Rio-grandense - e sua família, por exemplo, aderiram a esta prática, libertando 19 escravos neste mesmo ano. O jornal A Federação noticiou o fato com

² Em outras províncias essa informação também é verificável. Pode-se citar o estudo de Luiz Cota (2013) para a província de Minas Gerais, e o estudo de Celso Castilho (2016) para a província de Pernambuco.

entusiasmo, mas de modo parcial, já que não concedia detalhes destas liberdades, que na verdade foram concedidas na forma condicional supracitada. O posicionamento de Castilhos como republicano e também adepto ao movimento abolicionista influenciou o PRR, assim como atos de republicanos espalhados pela província rio-grandense. Mas esta adesão ao movimento foi feita com reservas (MARTINY, 2018, p. 152).³

Assim sendo, o presente artigo busca aprofundar a análise num único local, a cidade de Pelotas, que durante quase todo século XIX teve sua economia baseada na produção de charque e outros derivados do abate bovino, tornando-se um grande reduto escravista. A cidade foi a principal produtora de charque do Brasil, e palco de uma das elites de maior prestígio social do Império. Conforme Jonas Vargas (2013), os charqueadores estavam entre as elites mais ricas, prestigiosas e poderosas do país e, politicamente, serviam como braço direito da monarquia na região. Mesmo em um contexto de profunda crise nas charqueadas escravistas, e de intensa campanha abolicionista, os barões do charque continuaram como um alicerce do Império e da escravidão na fronteira Sul. Todavia, muitos dos principais líderes republicanos de Pelotas eram os herdeiros desses senhores e das fortunas construídas através dos longos e intensos anos de atividades escravas na região. Como resultado, vários são os questionamentos que pairam sobre como os republicanos pelotenses se comportaram diante deste contexto, além das estratégias que utilizaram para não perderem espaço e legitimidade dentro do movimento abolicionista, que assim como em todo o Brasil reunia muitos líderes dos partidos monarquistas. Nesse sentido, o artigo procura analisar como os republicanos pelotenses atuaram dentro do movimento abolicionista da cidade.

Para isso, as principais fontes utilizadas nessa pesquisa derivam do Fundo “Abolição”, sob a guarda da Bibliotheca Pública Pelotense, no qual se encontram documentos que pertenceram à algumas agremiações de cunho abolicionista na cidade, além da documentação de outros fundos de acervos particulares de alguns republicanos da época. Ademais, alguns periódicos tiveram papel importante, já que uma boa parte da campanha abolicionista foi feita a partir dos jornais e revistas do período.

O movimento abolicionista na cidade de Pelotas

Muitos foram os meios de propagar o movimento abolicionista na cidade de Pelotas. A imprensa, os clubes e as associações negras, formaram importante frente contra a escravidão e até mesmo contribuíram para uma melhor integração dos libertos na sociedade. De fato, uma parcela dos republicanos pelotenses manteve papel significativo na luta pela causa abolicionista, principalmente ao longo da década de 1880. Na divisão do trabalho político entre os propagandistas republicanos pelotenses, nem todos atuavam como publicistas das ideias do partido, manifestando-se na imprensa ou em discursos públicos. A tarefa intelectual da propaganda cabia a poucos e executá-la com sucesso era uma preocupação constante (PERES, 2021).

Algumas tendências são bem evidentes quanto ao grupo de propagandistas republicanos pelotenses, vemos que, enquanto alguns estavam mais reservados à esfera local, outros possuíam mais poder de mediação entre o local e o nacional, sendo que poucos estavam intimamente conectados com as redes republicanas de fora do Rio Grande do Sul. Enquanto alguns tinham acesso à educação superior e eram bastante jovens, outros não possuíam nem recursos para se manter fora da cidade e tinham uma idade mais avançada. Assim sendo, os republicanos pelotenses compartilhavam de múltiplas

³ Para uma análise mais aprofundada do movimento abolicionista no RS, ver Gislaïne Borba (2013).

identidades sociais locais, faziam partes de redes de relações distintas, e atuavam em uma sombra de ação política marginal que acabou se tornando hegemônica após a proclamação da República (PERES, 2021).

O primeiro ato público de cunho republicano registrado na cidade de Pelotas aconteceu em 1880, por meio de um manifesto para lançar a primeira chapa de vereadores e juizes de paz republicanos que iriam concorrer às eleições municipais. No ano de 1882 foi organizado o Partido Republicano de Pelotas, e logo após foi formado um Clube Republicano no município. Nos três momentos supracitados, apenas uma pequena parcela dos homens que apoiavam o movimento foram os protagonistas, tanto nas comissões diretivas do clube e partido quanto nas candidaturas republicanas a cargos de vereador e juiz de paz. Conforme pode ser identificado, as posições que essas pessoas exerceram dentro do clube e partido careciam de um nível de instrução maior. Eles não só exerciam práticas orais, como também estavam engajados na imprensa pelotense, local que em muitas ocasiões foi instrumento de doutrinação dos correligionários. Como exemplo dessa prática os primeiros dirigentes do Partido Republicano da cidade foram Leonardo Honório da Silva e Álvaro Gonçalves Chaves, do Clube foram Victor Brito, Bernardo Taveira Junior e João José Cesar e, ao longo dos anos de propaganda, nomes como Guilherme Echenique, Luiz Felipe de Almeida, Epaminondas Piratinino de Almeida, Alexandre Cassiano do Nascimento, Marçal Pereira Escobar e Possidônio Da Cunha Junior sempre apareceram nos cargos de destaque do movimento (PERES, 2021).

A atuação dos republicanos no movimento abolicionista pode ser analisada tanto nas atividades desenvolvidas em diferentes entidades abolicionistas, como nos discursos propagados na imprensa pelotense, e também nos periódicos que esses homens comandaram fora da cidade, como por exemplo, a Revista Federal⁴. A questão central a ser debatida nesse momento, é se houve divergência nas posições defendidas por eles, e também a possível incompatibilidade entre os discursos proferidos e as práticas adotadas nesse período, já que, na sua maioria, os republicanos que atuaram no movimento abolicionista possuíam escravos em algum momento, ou eram filhos de charqueadores pelotenses.

Pelotas foi um importante polo comercial da província e viveu seu período de auge econômico nos últimos anos do Império. Sua riqueza era concentrada principalmente nas charqueadas, com a exportação de seus produtos. Durante o século XIX, os charqueadores pelotenses estiveram entre os proprietários mais ricos do Rio Grande do Sul. Com isso, Pelotas destacou-se tanto na concentração de escravos, como em importante complexo charqueador do Brasil. O charque serviu principalmente como item da alimentação dos escravos que trabalhavam nas *plantations* do país, fazendo com que o Rio Grande do Sul mantivesse mercado ativo com o sudeste e nordeste, chegando até mesmo a exportar pequenas quantidades para Cuba, Estados Unidos e Lisboa. Além do charque, o abate de milhões de bovinos nesse período resultou na exportação em larga escala de outro produto, o couro. Os charqueadores pelotenses foram responsáveis por grande parte da exportação de couro para a Europa, no qual, eram utilizados como matéria-prima e acessórios para os maquinários das fábricas (VARGAS, 2013).

A mão de obra utilizada nesse espaço era quase toda escravizada, e exigia um

⁴ Essa revista foi importante instrumento para a análise das ideias políticas dos propagandistas pelotenses. No dia 6 de fevereiro de 1886, na terceira reunião do Clube Republicano Rio-grandense, no Rio de Janeiro, foi lançada a ideia de criar um periódico que ajudasse a fortalecer a propaganda republicana. A revista foi criada no mesmo ano, sendo publicado seu primeiro número em 30 de maio, contando com dois pelotenses na sua comissão redatora, Álvaro e Bruno Chaves.

trabalho muito árduo, com a diária manipulação do sal, que se ampliava nos períodos de safra, o que punha a saúde dos negros em risco, e assim a sua morte de maneira prematura. Com isso, havia uma necessidade constante de incorporar periodicamente mais mão de obra cativa, e conforme Beatriz Loner (2013), a oferta de escravos vai sofrer uma dura queda, principalmente com a lei Eusébio de Queirós (1850) que ocasionou a proibição da entrada de escravos africanos no Brasil, com o término do tráfico atlântico. O Rio Grande do Sul recebeu um número alto de escravos de outras regiões do país até os anos finais da década de 60. Contudo, após 1870, a província rio-grandense transforma-se na região que mais perdeu escravizados. Ainda segundo a autora, as charqueadas viveram um período instável, principalmente na década de 1880, e responsabilizaram o decréscimo do número de escravos como fator principal por essa crise. A proximidade da cidade de Pelotas com as regiões do Prata (que já haviam abolido a escravidão), fez com que as fugas de escravos para além fronteira se tornassem uma grande preocupação. Com o movimento abolicionista ganhando força em todo o país e a necessidade de uma ação que impedisse a alta quantidade de fugas, começaram a ocorrer na cidade um grande número de libertações com cláusulas de prestação de serviços, no qual, o escravizado conquistaria sua liberdade após cumprir os anos de serviços estipulados pelo seu senhor. Para Loner (2013) os senhores não visavam apenas cessar as fugas, mas também enfrentar a opinião pública da melhor forma, além de garantir mão de obra por mais algum período de tempo.

Acompanhando uma onda que mobilizou todo o Brasil, o movimento ganhou folego na cidade de Pelotas a partir dos anos de 1880, com a fundação de periódicos e várias entidades voltadas à causa. Entre essas agremiações existiam os clubes, dirigidos principalmente por homens brancos, com acesso privilegiado a imprensa e instrução escolar, como também as associações negras, que além da luta pela liberdade, ofereciam apoio social entre os cativos, sendo de fundamental importância para melhorar as condições de vida que eram impostas pela escravidão. “A condição social proporcionada pelo cativo e/ou em uma sociedade discriminatória como a vivenciada no Brasil colonial e imperial, quanto à cor dos indivíduos imputava aos escravos a necessidade de associar-se” (SILVA, 2011, p. 32). Essas agremiações também tinham o intuito de promover uma melhor integração da população negra à sociedade, já que a situação dos libertos era de opressão e marginalização. Entre elas estavam três entidades beneficentes, duas recreativas, uma representativa, e por fim, duas entidades religiosas.

Segundo Etiane Carvalho Nunes (2019) as discussões do movimento não estavam restritas apenas ao âmbito político, mas também em reuniões e assembleias organizadas em lugares públicos, ou nas próprias residências das pessoas envolvidas na causa. A Bibliotheca Pública Pelotense foi um importante ponto de encontros dessas pessoas, não só pela localização central do prédio, mas também pela boa interação que a entidade tinha com os cativos “oferecendo o espaço inclusive para aulas noturnas destinadas também aos negros desde 1878, data da inauguração do curso de alfabetização” (NUNES, 2019, p. 29). Mas é importante ressaltar que a busca pela instrução dos negros na cidade não era utilizada somente a fim de promover a alfabetização dos mesmos, mas também “educar” a população egressa do cativo para servir como mão de obra assalariada na cidade.

Esta iniciativa, porém, pode ter sido temida pela elite pelotense, a qual ciente das discussões abolicionistas em nível nacional, assim como do alto contingente de negros libertos e pessoas de outras etnias em condições menos abastadas na sociedade buscou oferecer aulas ao grupo, inculcando-lhes valores pertinentes ao regimento pretendido pelos mandatários locais. Este regimento visava uma classe trabalhadora

ordeira, a qual mais cedo ou mais tarde ocuparia o lugar dos escravos, visto que a abolição se anunciava” (GONÇALVES, 2013, p. 74)

A imprensa teve um papel importante no movimento abolicionista da cidade, assim como em todo o país. A relação entre imprensa e escravidão conforme Maria Couto Gonçalves (2013) teve duas fases distintas: de 1808 (ano de oficialização da imprensa no país), até a década de 1870, o silêncio e abstenção sobre a questão da escravidão prevaleceram nos periódicos, ao passo que, principalmente a partir da década de 1880 começaram a aparecer os jornais abolicionistas que davam voz ao movimento. Entretanto, ao mesmo tempo em que a imprensa se tornava grande aliada a mobilidade contra a escravidão, também serviu por anos de instrumento de apoio ao sistema escravagista, quando usada para anúncios de compras, vendas e fugas de escravos (GONÇALVES, 2013, p. 236).

Pelo menos três periódicos tiveram papel importante no movimento, e em todos eles, republicanos fizeram parte da fundação ou direção. O primeiro impresso de cunho abolicionista da cidade foi o periódico *A Voz do Escravo*, que utilizou a tipografia do jornal *O Progresso* para sua primeira publicação, no dia 16 de janeiro de 1881, e mais tarde passou a operar nas tipografias dos jornais *A Discussão* e *Diário de Pelotas*. Conforme Gonçalves (2013) “Essas trocas serão decorrentes dos aspectos políticos que o periódico vai se vincular e defender”. No dia 5 de fevereiro de 1881, o jornal *A Discussão* publicava propaganda da distribuição do nº3 do *A Voz do Escravo*, e primeira impressão na sua tipografia.

Traz um elaborado artigo editorial de propaganda, assinado por B. Taveira Junior. Da publicidade a carta do digno deputado Joaquim Nabuco, dirigida a câmara dos deputados de Portugal. Apresenta algumas notícias e finalmente uma inspirada poesia do Sr. Paula Pires [...].⁵

O jornal foi criado a partir do esforço de três homens, João José Cezar e Bernardo Taveira Junior que já possuíam experiência com a imprensa rio-grandense, e Manoel Conceição da Silva Santos, negro livre, construtor, que atuou em vários outros aspectos do movimento abolicionista, ajudando a formar as primeiras organizações negras da cidade. O jornal tinha o intuito de lutar pela liberdade dos escravizados, utilizando como principal recurso a denúncia às torturas e maus tratos que este grupo era sujeito. E para isso, publicava artigos, crônicas, cartas, notícias de outras províncias, transcrições e poesias. Também foi responsável pela constituição de duas agremiações voltadas aos assuntos abolicionistas, os clubes Abolicionista e Emancipador 27 de agosto. “A cidade de Pelotas, uma das mais ricas do império, e sem dúvida alguma a mais importante do sul da Província, não possui ainda uma sociedade abolicionista!” (A VOZ DO ESCRAVO, 01/05/1881 apud Gonçalves, 2013, p. 240). Das três pessoas que estiveram à frente da fundação do jornal, duas também pertenciam ao movimento republicano da cidade: João José Cezar e Bernardo Taveira Junior.

O jornal *A Discussão*, órgão da Dissidência Liberal, fundado também em 1881, a princípio não foi criado como um periódico abolicionista, contudo passou a ter um papel importante no movimento quando aboliu publicações sobre fugas, vendas e aluguéis de escravos, sendo pioneiro na província com essa prática. E conforme Fernando Osório (1997) passou também a noticiar denúncias de maus tratos aos escravizados. O jornal também possuía republicanos na sua fundação e direção, entre eles estavam Epaminondas

⁵ *A Discussão*, 15 de fevereiro de 1881. Hemeroteca Digital da Bibliotheca Pública Pelotense.

Piratinino de Almeida e Marçal Pereira Escobar. E por último o periódico A Pena, um hebdomadário⁶ que surgiu nas mesmas oficinas em que eram produzidos os números do jornal A Discussão. Teve como fundadores e primeiros redatores os republicanos Luiz Carlos Massot e Guilherme Echenique.

A partir de recomendações publicadas no jornal A Voz do Escravo, dois clubes abolicionistas foram criados na cidade. O Club Emancipador 27 de agosto foi fundado no dia 27 de agosto de 1881, e tinha como principal objetivo arrecadar quantia em dinheiro suficiente, através de doações de seus sócios, para apostar em bilhetes de loteria que, se fossem premiados, garantiriam o pagamento de cartas de alforria. Entretanto, os investimentos não foram suficientes para alcançar o seu objetivo. “Ao que parece, a sorte não coroou as boas intenções dos 276 integrantes deste clube, e o dinheiro foi perdido em sucessivas apostas que pouco renderam” (LONER, 2013, p. 61). Já o Club Abolicionista teve um maior impacto no movimento, sendo fundado no dia 21 de agosto de 1881 no espaço da Bibliotheca Pública Pelotense. Na ocasião da inauguração do Clube, 14 cartas de alforria foram entregues, sendo 9 delas pagas parte com pecúlio dos próprios escravizados e parte com ajuda financeira arrecadada pela entidade. As 5 cartas restantes foram concedidas gratuitamente. Entre as cartas de alforria concedidas, apenas uma foi de um republicano, Hipólito Gonçalves Detroyat.⁷

Nos meses seguintes foram efetuadas mais 14 reuniões do Clube, organizaram-se leilões, bazares de prenda, entre outras festividades, como por exemplo, comemorações de datas importantes para a emancipação dos escravos. No dia 22 de setembro do mesmo ano, o Clube teve seu estatuto aprovado em assembleia geral, assim como sua primeira direção, que contou com 4 republicanos: Epaminondas Piratinino de Almeida exercendo o cargo de presidente, Marçal Pereira Escobar como vice-presidente, e Hipólito Gonçalves Detroyat e Luiz Felipe de Almeida como diretores. Foram decididas também todas as suas diretrizes e normas:

Artigo 1º - A associação Club Abolicionista, fundada na cidade de Pelotas, no dia 21 de agosto de 1881, é composta de pessoas livres, reconhecidamente de bons costumes, sem distinção de nacionalidades; e tem por fim beneficiar, dentro da orbita legal e na proporção de suas forças, a infeliz classe dos escravos, que promovendo gradualmente a sua liberdade, quer empregando prudentemente os meios ao seu alcance para alivia-la da opressão e rigores a que está sujeita, incompatíveis com a natureza humana e repelentes à civilização.⁸

A partir de um relatório oficial⁹ publicado pela tipografia da Livraria Americana¹⁰, na data de comemoração de 1 ano da formação do Clube (21 de agosto de 1882), é possível exprimir algumas das realizações da entidade no primeiro ano de funcionamento. Entre os sócios fundadores, efetivos e correspondentes, existiam aqueles que realizavam doações afim de ajudar a agremiação. Além de doações em dinheiro, diversos outros objetos foram entregues. Esses itens iam desde objetos de decoração, que na maioria das vezes faziam

⁶ Jornal ou periódico cuja publicação ocorre uma vez por semana.

⁷ Dados retirados do estatuto do Club Abolicionista, que se encontra no fundo “Escravidão” da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁸ Trecho retirado do estatuto do Club Abolicionista, que se encontra no fundo “Escravidão” da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁹ O Relatório encontra-se no fundo “Escravidão” da Bibliotheca Pública Pelotense.

¹⁰ A Livraria Americana foi fundada em 1871, por Carlos Pinto. Foi uma das primeiras grandes livrarias do Rio Grande do Sul. Em 1879, abre-se uma filial na cidade de Porto Alegre, e em 1885, inaugura-se a segunda filial na cidade de Rio Grande. Encerrou as suas atividades em 1916.

referência a alguma personalidade influente no movimento abolicionista, como por exemplo, o quadro bordado a seda e ouro, tendo no centro o retrato do abolicionista Visconde do Rio Branco. Ou até mesmo materiais para a confecção de cartas de alforria e livros de gramática e leitura (do autor Hilário Ribeiro) para as aulas noturnas que começaram a ser oferecidas, sob a direção do republicano Hipólito Detroyat. O curso oferecia todo o material necessário de forma gratuita, e era destinado apenas para os filhos de escravas, que eram denominados de “ingênuos” (nascidos após a Lei do Ventre Livre, 1871). Doações em dinheiro também foram feitas pelos sócios. Das 14 pessoas listadas no relatório, 3 eram mulheres e 11 eram homens, sendo 1 deles o republicano Luiz Fellipe de Almeida, que ofertou 23\$000 (vinte e três mil reis).

Além do apoio financeiro, alguns sócios usavam dos recursos gerados pela sua própria profissão para auxiliar nos objetivos da mencionada entidade. Pode-se citar, por exemplo, os serviços gratuitos de tabelião também prestados por Luiz Fellipe de Almeida, assim como a contribuição dos homens que estavam a frente de alguns periódicos da cidade, como mencionado em agradecimento ao jornal Onze de junho e A Discussão. O Clube até mesmo ofereceu o serviço de guardar o pecúlio de escravizados em seus cofres, somando a quantia de 3:287\$000 no primeiro ano. Conforme Loner (2007) existiu uma “pesada artilharia” contra os abolicionistas pertencentes ao Clube, principalmente vindo de outros periódicos, como por exemplo, o Correio Mercantil, que tinha como fundador Antônio Joaquim Dias. Em uma ocasião ele chegou a acusar os membros do Club de usar indevidamente o pecúlio dos escravizados, que eram guardados em seus cofres. E para a autora esse ataque se deve justamente pelos membros do Club não apoiarem o projeto das libertações a partir de contratos de prestação de serviços.

Contudo, a forte personalidade e atuação de seu dono, figura polêmica e que entrou em vários conflitos, personagem também de vários episódios não muito bem esclarecidos, levou a que seu jornal oscilasse entre a declaração formal de apoio a campanha abolicionista e uma prática de denúncias radicais e, por vezes, caluniosas, aos seus principais defensores na cidade; ao mesmo tempo em que assumia, esporadicamente, posições contraditórias de defesa de interesses de alguns escravocratas. Nesses momentos, não hesitava em tripudiar e desqualificar pessoas, especialmente aquelas mais pobres ou vulneráveis e muitos dos abolicionistas sofreram com suas campanhas na cidade (LONER, 2007, p. 59).

Como foi dito anteriormente, o ano de 1881 foi um período de importantes acontecimentos para o movimento abolicionista na cidade, e nas posições que algumas pessoas iriam assumir sobre a questão escravagista. Logo após o estabelecimento da primeira organização afim de combater a escravidão, a morte de um escravo sob tortura a mando de seu senhor, gerou tumulto entre as alas abolicionistas e escravocratas. Jerônimo, o escravo que foi açoitado até a morte pelo capataz Manoel Oliveira, a mando do charqueador Paulino Leite, contava com apenas 16 anos, situação que gerou grande comoção na cidade e ampla denúncia nos periódicos abolicionistas, tendo o próprio A Voz do escravo como principal porta-voz da situação. A sua publicação do dia 3 de abril foi toda destinada ao caso, e nos dias seguintes uma coluna intitulada “Questão Jerônimo” que atualizava a população com notícias das últimas versões e declarações sobre a morte do escravo foi criada. Muitas contradições foram apresentadas durante as investigações, e até mesmo o atestado de óbito remetido pelo médico da cidade foi questionado e criticado.

Segundo o médico, Jerônimo havia morrido por tétano. Posteriormente este

modificou o laudo e afirmou ser a causa do óbito, peritonite. O jornal questiona se não foram os próprios charqueadores que modificaram o atestado para fugirem da vinculação com o caso. As discussões nos periódicos condenaram a postura do médico, tendo em vista que para a imprensa a causa da morte de Jerônimo era óbvia – excesso de violência. Para responder a estas dúvidas e às declarações das primeiras testemunhas, o corpo de Jerônimo foi exumado. Segundo o relato de Geraldo Casal de Lis, o corpo apresentava sinais de retaliação e do castigo sofrido, sendo possível comprovar que o corpo era mesmo do escravo – havia algumas testemunhas afirmando que a exumação havia ocorrido em outro escravo. Sendo assim, comprovou-se que o escravo havia morrido devido aos maus tratos aos quais fora submetido. (GONÇALVES, 2013, p. 239)

Além de toda polêmica que este acontecimento causou na cidade, problemas dentro do próprio movimento abolicionista também foram gerados, provocando uma das primeiras situações no qual pode-se notar divergências entre as posições adotadas pelos republicanos perante o tema. Como citado por Loner (2013) o Club Abolicionista não estava livre de algumas contradições. Em primeiro lugar, por aceitar entre seus sócios pessoas que possuíam escravos, e ainda mais significativo, por ter tido como primeiro presidente do Club o advogado que defendeu o charqueador acusado de mandar torturar o escravo Jerônimo, o republicano Epaminondas Piratinino de Almeida. Por consequência, o Club recebeu diversas críticas na imprensa pelotense, e mesmo que a opinião pública concordasse com seus propósitos, se opunham à sua composição interna e denunciavam a possível utilização da causa para benefício próprio de alguns fundadores, como por exemplo, Fernando Osório que havia acabado de se candidatar para concorrer às eleições gerais pelo 4º círculo (GONÇALVES, 2014, p. 241). Ao passo que Piratinino de Almeida adotava uma postura totalmente contraditória aos objetivos do movimento, o republicano Bernardo Taveira Junior continuava denunciando o caso Jerônimo na imprensa. Ao que tudo indica a poesia publicada no A Voz do Escravo do dia 3 de abril, fazia alusão ao caso recentemente ocorrido:

[...] Ainda há pouco vi um anjo. Atrás dele vinha um cativo como qualquer de nós com os pulsos algemados e os pés acorrentados. O anjo fez adiantar o escravo para o meu lado, e com um instrumento que trazia numa das mãos começou por partir as algemas e as correntes ao cativo. [...] Venho hoje visitar-vos para prenunciar-vos a doce liberdade de que vos hão despojado os déspotas da terra! [...] Olha para este – e apontou-me o cativo a quem o anjo havia quebrado os ferros – é assim que ficareis todos livres. (TAVEIRA JUNIOR, A Voz do Escravo, 03/04/1881, p. 04, Apud. GONÇALVES, 2013, p. 240)

Bernardo teve um papel importante no movimento abolicionista. Já em 1871 denunciava através da imprensa o que ele chamou de “barbárie da escravidão”. No Diário de Pelotas publicou mais de uma vez sua opinião sobre o tema, como por exemplo, na edição do dia 15 de outubro de 1871, no qual enaltecia a vitória atribuída a opinião pública, com a Lei do Ventre Livre¹¹ promulgada no mês anterior.

O dia 28 de setembro de 1871 não só assinalou nos fatos da história do

¹¹ No dia 28 de setembro de 1871, foi assinada a Lei nº 2.040, conhecida como “Lei do Ventre Livre”. A Lei do Ventre Livre declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos no Brasil a partir da data da aprovação da lei. Além disso, a lei determinava que as crianças permanecessem em poder dos senhores das suas mães, que eram obrigados a criá-los até os oito anos de idade. Após isso, os senhores poderiam entregar o menor ao governo, com direito a uma indenização, ou utilizar seus serviços até os 21 anos.

Império uma nova época, como também ajuntou mais uma página de ouro aos annaes da humanidade. O cristianismo e a opinião triunfarão, finalmente, d'essa barbaridade, que sob a máscara da lei, condenava milhares de entes à mais abjeta e insofrível das condições – a escravidão. Daquela data em diante, deixou o formoso sol dos trópicos de iluminar em terra brasileira o nascimento de escravos.¹²

Todavia, nesse período ainda possuía opinião modesta sobre a libertação dos escravos, e acreditava que a lei recém criada era o máximo que o país poderia ter conquistado no momento, já que o Brasil havia herdado do sistema de governo anterior, seus antigos dominadores, todos os seus vícios e anacronismos e como resultado “a educação política ainda não comportava a abolição absoluta, e de chofre do elemento servil; fez-se muito começando pelo ventre livre”.¹³ Bernardo segue publicando sempre que tem a chance sua posição sobre a questão da escravidão, mas nos anos posteriores de uma maneira considerada mais radical. Como dito anteriormente, não esteve envolvido apenas na imprensa pelotense, escrevia crônicas e poesias denunciando a escravidão também para as revistas literárias *Arcádia e Partenon Literário*.¹⁴ Nos manuscritos deixados por Bernardo, que não tiveram a chance de ser publicados, também é possível perceber a denúncia a escravidão:

Escravo! Palavra que o ouvido fere. / Que dó! Que saudade! / Ao recordar-se. / Do Pátrio lar, da esposa e dos filhinhos Vítimas da maldade! / Quanta lágrima no penar unguida... / Um sonho sequer não vem doara-lhe. / A sua infelicidade.¹⁵

No ano de 1884 uma nova fase do movimento abolicionista aconteceu na cidade. Neste momento, cresce a campanha de emancipação dos escravizados, quando se tenta resolver essa questão recorrendo aos contratos. Uma nova agremiação foi criada neste período, o Centro Abolicionista, que acabou desviando toda a atenção do Clube formado nos anos anteriores. Foi publicado na imprensa um convite para que toda população se fizesse presente na inauguração do Centro, sendo a primeira reunião aberta para homens e mulheres, sem distinções de classes sociais. A nova agremiação também defendia a libertação dos escravos, porém por meio de contratos de prestação de serviços, para assim não afetar nem o comércio, nem a indústria pelotense, o que em parte dissemelhava o objetivo central do Clube que era a abolição absoluta.

Com isso, mesmo que o Club Abolicionista tenha participado da fundação do Centro, os diferentes interesses político-partidários entre as entidades, ocasionaram a entrega da direção do Centro a pessoas ligadas ao Partido Liberal. Conforme Beatriz Loner (2013) os dois mantiveram uma “atuação comum” no movimento, não se podendo afirmar que existissem grandes divergências ou cisões entre eles. Contudo, na direção das entidades haviam pessoas que mesmo ansiando pela liberdade dos escravizados, divergiam no caminho para esse objetivo (LONER, 2019, p. 62). Entretanto, ao que parece sucedeu-se uma certa “corrida” pela busca da emancipação do município. No mês de setembro do ano de 1884, algumas publicações do jornal *A Discussão* demonstram tensão entre as duas

¹² A citação foi retirada de gravuras do jornal *Diário de Pelotas*, no qual, Bernardo Taveira Junior recortou e montou um álbum com algumas de suas publicações. O documento encontra-se no Fundo de Bernardo Taveira Jr., na Bibliotheca Pública Pelotense.

¹³ *Diário de Pelotas*, 15 de outubro de 1871. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

¹⁴ Para uma análise da atuação do *Partenon Literário* ver Cássia Daiane Silveira, 2008.

¹⁵ Trecho de um poema retirado de um caderno de poesias que está presente no fundo de Bernardo Taveira Jr., localizado na Bibliotheca Pública Pelotense.

agregações. No dia 1 de setembro, logo após um meeting organizado pelo Centro ter sido presidido pelo Barão de São Luiz, o jornal lançou nota expressando tristeza ao saber que a reunião que havia acontecido não tinha sido dirigida pelas pessoas que foram as primeiras a defenderem o movimento abolicionista na cidade. A publicação ainda fala da injustiça quando ocorre o “esquecimento de serviços prestados a qualquer causa [...]”, e que no próximo encontro, deveriam ser os Srs. Epaminondas Piratinino de Almeida, França Mascarenhas, Saturnino de Arruda e Siqueira Canabarro, que deveriam estar à frente da reunião.”¹⁶. Na mesma semana, em 5 de setembro de 1884, o periódico publicou nota desmentindo boatos de que o Club Abolicionista ao invés de prosseguir com seu trabalho de libertar os escravos, estava buscando guerra com o Centro Abolicionista.

Essa ideia é absurda pois todos trabalham em prol de uma só causa, todos querem a emancipação do escravo, mas de acordo com a lei e a tranquilidade pública. A escravidão anseia nas vascas da morte, portanto o Club abolicionista, o primeiro iniciador da ideia, deve ser também o primeiro a erguer o grito da redenção do município de Pelotas.¹⁷

Possivelmente os resultados promissores do Centro abolicionista também foram um fator de competição entre as entidades. As estratégias do Centro obtiveram resultados mais eficazes e rápidos do que as outras agregações voltadas à causa. Uma dessas táticas foi a formação de comissões que tinham o objetivo de conquistar o maior número de libertações possíveis, visitando diversas residências onde os moradores possuíam escravizados. As comissões eram divididas por ruas ou regiões da cidade, e com frequência era noticiado na imprensa, tanto a formação delas, quanto o número de libertações alcançadas. A propaganda emancipadora ganha folego também na imprensa pelotense. Inúmeras foram as publicações no periódico *A Discussão*, relacionadas a essa questão nesse período. Seus redatores começaram defendendo a ideia de que a cidade não poderia ficar para trás no movimento, e mostrando como estava o andamento da emancipação cativa em outras cidades da Província, como Porto Alegre e Rio Grande, “Pelotas, ao ver o movimento abolicionista que lavra impetuoso por entre as suas coirmãs [...] não podia, nem devia ficar estacionária”.¹⁸ Logo em seguida começaram os chamados para os *meetings* abolicionistas, comandados pelo Centro Abolicionista que aconteciam principalmente na Bibliotheca Pública, afim de alcançar o maior número possível de liberdades. Ainda que os redatores do jornal sempre mostravam-se adeptos da ideia de que se houvesse uma abolição absoluta, essa não poderia atrapalhar a economia da cidade, por isso seria necessário que fosse mediante indenização dos senhores. Inclusive no dia 7 de julho de 1884 o jornal expos 12 ideias de um plano, que os redatores acreditavam que poderia resolver as dificuldades econômicas do período e “elevar rapidamente a nação a um alto grau de força e prosperidade.”. Entre as ideias estava essa:

A abolição completa e imediata, mediante indenização dos senhores, por apólices da dívida pública, para esse fim emitidas [...] Para essa indenização será considerado valor máximo para o escravo 1:000\$000 e para a escrava réis 6:000\$000, servindo esse *maximum* de base para a escala de arbitramentos, que efetuarão pelo processo da lei de 28 de setembro.¹⁹

¹⁶ *A Discussão*, dia 1 de setembro de 1884, p.2. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

¹⁷ *A Discussão*, 5 de setembro de 1884. Hemeroteca Digital da Bibliotheca Pública Pelotense.

¹⁸ *A Discussão*, 20 de agosto de 1886, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

¹⁹ *A Discussão*, 7 de julho de 1886, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

No final de setembro de 1884, as publicações no periódico *A Discussão* começavam a construir o mito de que a cidade de Pelotas estava quase livre da escravidão. No dia 29, em nota²⁰ assinada pelo secretário do Centro Abolicionista Luiz Carlos Massot (que era um republicano), o Centro acreditava ser possível proclamar-se no dia 11 de outubro de 1884 a emancipação total do município. Para que isso ocorresse, era necessário um grande evento que contasse com as últimas cartas de alforria necessárias. A festividade (que ocorreu no dia 16 de outubro, e não no dia 11 como programado) foi chamada de “Festa da Abolição”, no qual, 2500 escravos conquistaram cartas de alforria com cláusulas de prestação de serviço, que variavam de 3 a 7 anos. Esse ato foi considerado um grande passo para a emancipação negra na cidade. Contudo, esse feito causou na sociedade pelotense um certo adormecimento em relação as questões e lutas abolicionistas. Como resultado dessa emancipação houve um desarranjo político entre os membros do movimento, por terem erroneamente considerado extinta a escravidão na cidade. Todavia, o quadro de tensão se agravou ainda mais nos anos posteriores quando as fugas de contratados começam a aumentar. Não só o Clube e um jornal abolicionista foram extintos em meio a tudo isso, como as desavenças entre os escravagistas e os abolicionistas ganhou força. Costumou-se propagar que em 1884, a Província do Rio Grande do Sul aboliu a escravidão – mesmo que com condições de prestação de serviço por mais alguns anos por parte do escravizado – e que essa ação foi precedida pelas províncias do Ceará e do Amazonas, que deram os primeiros grandes exemplos.

Criou-se um verdadeiro mito de que não existiriam mais escravos na cidade e que, dentro em breve todos os libertos passariam a gozar de sua liberdade, com o término dos contratos. A própria decadência do Club Abolicionista é reflexo dessa situação (LONER, 2019, p. 51).

Durante todo ano de 1884 grandes comemorações aconteceram em torno da suposta emancipação dos escravizados. Inúmeras foram as publicações na imprensa pelotense que comemoravam a emancipação negra na cidade. No jornal *A Discussão* foram publicadas também várias notas de periódicos de cidades vizinhas parabenizando Pelotas, como por exemplo, o Editorial da Ordem, de Jaguarão, que publicava: “Como é grandioso o trabalho realizado pelo generoso povo pelotense em um tão curto lapso de tempo.”²¹. Inclusive, a comemoração deste evento contou com um folheto especial destinado a solenizar o ato. Foram impressos cerca de 2 mil exemplares pela tipografia da Livraria Americana, que como citado anteriormente, participou ativamente do movimento com vários tipos de doações. O folheto tinha como título a data da fatídica festa de emancipação “16 de outubro”, e logo abaixo o propósito da publicação: “Homenagem a vitória da ideia abolicionista”. Contou com pequenos textos de 21 homens que de alguma maneira se envolveram no movimento abolicionista da cidade, sendo 4 destes os republicanos, Bernardo Taveira Junior, Luiz Carlos Massot, Guilherme Echenique e Álvaro Chaves. Isso mostra que os republicanos eram não apenas minoria política local, como também lutavam para ter seu protagonismo reconhecido dentro do movimento. A publicação tinha como trecho de abertura um longo texto de Bernardo Taveira Junior, no qual, atribui a conquista da emancipação ao Centro Abolicionista, aos homens “justos e honestos” que ingressaram as comissões e organização do Centro, e ao povo pelotense, que em forma de manifestação pública fortaleceu o movimento. Além disso, Bernardo aproveitou o espaço para efetuar uma

²⁰ *A Discussão*, 29 de setembro de 1884, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

²¹ *A Discussão*, dia 15 de outubro de 1884, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

dura crítica ao governo vigente.

Esta festa, que faz honra a uma população inteira, encerra ao mesmo tempo em si uma solene e amarga exprobração aos governos que se tem sucedido no país desde a promulgação da gloriosa lei de 28 de setembro. Esses governos, sem patriotismo, sem força autonômica e sempre desmoralizados, nunca souberam elevar-se à altura da dignidade e iniciativa popular na magna questão do elemento servil; nunca tiveram a coragem de acompanhar as aspirações do país na mais grave questão social que nele jamais se tenha agitado!

Os textos dos outros republicanos citados eram mais breves, e tinham como semelhança associar a libertação dos escravizados com o progresso do país (algo que também faziam ao propagandear a República), já que o mesmo, se encontrava em triste atraso perante outras civilizações, “Só então seremos grandes e caminharemos desassombradamente na senda do progresso.”. É importante mencionar que o movimento abolicionista no país não foi assinalado pelo amparo aos direitos individuais dos escravizados, e sim apoiou-se em fundamentos baseados na razão nacional, como mencionado por Maria Fernandes (2013). A escravidão seria a responsável pelo atraso da nação “fazia mal a senhores e a escravos e impossibilitava a formação de cidadãos no país.”, por consequência, a libertação dos escravos faria o país progredir enquanto nação. Essa percepção não era nova, e já estava em pauta desde a independência por uma diminuta parcela dos liberais.

A narrativa de uma emancipação total dos escravizados no ano de 1884 levando ao fim à escravidão na cidade é posta em contradição pela própria imprensa pelotense no ano de 1887. Além disso, quando se analisa as cartas de alforria concedidas na cidade nos anos que antecedem o 13 de maio, é possível verificar que um número grande de escravizados foi liberto após o ano de 1884 (com ou sem cláusulas de serviços), indo de encontro com esta crença de que a escravidão no município e na Província teria acabado em 1884.²²

O ano de 1887 pode ser considerado como início da terceira fase do movimento abolicionista na cidade. É neste período que acontece o episódio de uma revolta na charqueada de Junius Brutus de Almeida, irmão do então propagandista republicano Epaminondas Piratinino de Almeida. Conforme Loner (2013) esse estabelecimento era o maior da cidade e o seu proprietário era um dos charqueadores que mais investiam na modernização das charqueadas, com a instalação de máquinas à vapor e a importação de mão de obra operária do Prata. Ainda segundo a autora, Junius Brutus tinha atitudes consideradas progressistas para a época, como por exemplo, a construção de casas e um armazém para uso de seus empregados. Contudo, mesmo participando da festa de emancipação de 1884, libertou apenas uma escrava mulher de 18 anos, que não possuía interferência na produção de charque. Mesmo que seja muito difícil reaver o que aconteceu no dia da revolta, pelo fato dos jornais da cidade e também setores abolicionistas negarem a existência de qualquer levantamento, algumas notícias vindas de periódicos de fora de Pelotas, como por exemplo a folha republicana *A Federação* (Porto Alegre) e *Echo do Sul* (Rio Grande), esboçam alguns fatos deste caso.

Na publicação do dia 30 de novembro o periódico *A Federação* informa que, no dia anterior alguns libertos contratados da mencionada charqueada haviam abandonado o serviço e foram presos na cidade. Além disso, esses jornais também noticiam uma grande passeata que teria acontecido no dia 28 de novembro, em homenagem a 2 importantes

²² As informações foram retiradas do Catálogo Seletivo Escravidão, Liberdade e tutela - APERS.

aboliconistas da cidade, Canabarro e João Ramos. Entretanto, cada jornal reúne diferentes motivos para essa manifestação. “Os jornais pelotenses asseveram que é simples homenagem. O *Echo do Sul* (29 e 30/11/87) de Rio Grande [...] informa que foi provocada por ofensas dirigidas à mãe do Cônego Canabarro, por grupos de escravagistas que foram a sua casa insultá-lo” (LONER, 2013, p. 68). Houve também publicações que acreditavam que a manifestação fora uma atitude ostensiva por conta da revolta dos escravos da charqueada de Junius Brutus. Ademais, alguns defensores dos interesses escravagistas chegaram a afirmar que alguns membros do Club Abolicionista estimularam os cativos a realizarem o levante na charqueada e “a fazerem parede, colocando-se o vigário à frente deles, para constranger os senhores a cederem e libertá-los, tentando utilizar aqui o sistema posto em prática pelos abolicionistas de Campinas” (LONER, 2013, p. 69). Em contrapartida os escravagistas teriam reunidos várias pessoas que condenavam “a conduta dos negros” e estimularam uma manifestação contra os abolicionistas, gerando até mesmo quase uma violência física para com Serafim Alves e João Antonio Ramos.

Essas afirmações são todas contestadas pelos abolicionistas, em especial por Serafim Alves, que escreve para o periódico *O Rio Grandense* negando que o Club abolicionista tenha aconselhado alguns escravos a tentar conseguir suas cartas de alforria por meio do terror. Inclusive, desmente que tenha ocorrido qualquer conflito entre os abolicionistas e os senhores de escravos, reiterando que eles “não querem a anarquia, e sim a paz e harmonia entre abolicionistas e senhores de escravos” (LONER, 2013, p. 70). Depois dessas declarações, ainda dois jornais da cidade – *Correio Mercantil* e *A Ventarola* – brevemente declaram a existência de problemas entre os dois grupos, quando noticiam o acordo acertado entre eles para acertar suas pendências. Com isso, Loner (2013) destaca que todo esse murmurinho corrobora com a ideia de que de fato uma revolta negra aconteceu no estabelecimento de Junius Brutus de Almeida,

Ora, se foi necessário um acordo, é porque havia pendências. Se uma massa compacta dirige-se à casa do vigário da Igreja Matriz para desaforá-lo e, não o encontrando, ofende sua mãe, é porque a exasperação dos ânimos está muito elevada. Se notícias são colocadas em jornais de outras cidades relatando uma pretensa revolta escrava, por parte de escravocratas, não é cabível acreditar que estes a tenham inventado em sua totalidade, até porque notícias de levantes de negros sempre foram muito temidas pelos senhores, pelas ideias que poderiam levantar no restante da massa escravizada. (LONER, 2013, p.71)

Além disso, a autora questiona os motivos que levaram Junius Brutus a libertar em plena safra do charque, mais de 70 escravos com contratos de serviço ou sem cláusula alguma. O que leva a acreditar que houve uma recusa ao trabalho pelos escravos da charqueada de Junius Brutus, nos dias 26 e 27 de novembro de 1887, e provavelmente isso desencadeou um motim e fuga de alguns escravizados. Infelizmente, se desconhece a dimensão da revolta na charqueada de Junius Brutus, mas sabe-se que ela foi grande o bastante para submeter o senhor a reconsiderar algumas decisões e liberar seus escravos.

Embora haja evidentes exageros dos dois lados, pode-se afirmar que houve, guardando as devidas proporções, não só uma revolta, mas duas: uma de escravos contra seus senhores e outra dos senhores contra os abolicionistas. A revolta dos escravos buscava a liberdade; a dos escravagistas, a continuidade da opressão, mesmo que tivessem que se sujeitar à nova forma jurídica (LONER, 2013, p. 72)

Para resolver esse embate entre os dois grupos, a polícia, o Barão de Santa Tecla e

Epaminondas Piratinino de Almeida precisaram construir um acordo que possuía dois pontos: a libertação de todos os escravos até o primeiro dia do ano de 1888 (mediante contratos de prestação de serviços), e o grupo de abolicionistas deveriam garantir o cumprimento desses contratos pelos escravizados. Para assegurar que esse acordo fosse devidamente cumprido, foi criado o Club São Sebastião, que tinha os próprios Barão de Santa Tecla e Piratinino de Almeida, um monarquista e outro republicano, como representantes dos charqueadores (LONER, 2013, p. 73). Portanto, na fase final do movimento, nos parece que os republicanos conseguiram legitimar-se com maior força, conseguindo impor-se mais na arena pública. Nesse sentido, observando os fenômenos no nível local, os republicanos contribuíram para uma maior radicalização do abolicionismo, ao mesmo tempo em que a popularização da luta anti-escravista, rendia ganhos políticos e prestígio aos que também queriam o fim da Monarquia.

Conclusão

Ao final deste estudo, foi possível averiguar que muitos dos propagandistas republicanos atuaram de forma ativa também no movimento abolicionista da cidade. Os mesmos nomes que aparecem nas lideranças do Partido e Club republicanos, também se apresentam à frente das agremiações e dos jornais envolvidos na causa abolicionista. Epaminondas Piratinino de Almeida, Luiz Fellipe de Almeida, Luiz Carlos Massot, Álvaro Chaves, Hipólito Gonçalves Detroyate, Bernardo Taveira Junior, João José Cezar, Guilherme Echenique, entre outros, desde o início da década de 1880 estiveram presentes na fundação e diretoria do Clube Abolicionista, do Centro Abolicionista e por último, do Club São Sebastião.

Além disso, esses republicanos abolicionistas participaram ativamente dos jornais *A Voz do Escravo*, *A Discussão* e *A Pena*, principais porta-vozes da causa no período. Nos dois manifestos republicanos pelotenses publicados na década de 1880, as questões abolicionistas não foram ignoradas, como aconteceu a exemplo de outros, como o primeiro manifesto republicano publicado no Rio de Janeiro, em 1870. Essa parcela de propagandistas que aderiram ao movimento abolicionista tinham um ponto importante em comum: apesar de não pertencerem as mesmas camadas sociais, todos tiveram acesso a alta instrução escolar. Alguns deles estavam em contato direto com o movimento abolicionista nas grandes capitais que ganhava cada vez mais força entres os intelectuais, e compreendiam que inevitavelmente a escravidão não teria muitos anos pela frente.

Apesar de promoverem a causa abolicionista, os republicanos pelotenses divergiam no caminho a ser tomado para a libertação dos escravos. Aqueles que eram herdeiros de grandes charqueadores da cidade aproveitaram os contratos de prestação de serviço, para que possuíssem mão de obra escrava pelo máximo de tempo possível, e também chegaram a defender a indenização aos senhores. De modo considerado mais radical, existiam os que defendiam a abolição absoluta do cativeiro, sem contratos ou indenizações, e talvez isso tenha ficado a cargo daqueles republicanos que não dependiam economicamente da escravidão. Mas isso não interferiu para que esses republicanos mais radicais aproveitassem do ônus da campanha de emancipação que teve seu auge no ano de 1884. Bernardo Taveira Junior é exemplo disso, pois defendia o fim da escravidão desde início da década de 1870, manteve posição consistente na imprensa pelotense e também fora dela, mas não perdeu a oportunidade de usufruir do mérito do grande avanço da emancipação negra que aconteceu na cidade em 1884, mesmo não sendo pelo método que ele defendia.

Referências

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.
- CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2016.
- COUTO, Felipe Rabelo. Manifesto republicano de 1870: esboço institucional de uma república parlamentarista. In: *30º Simpósio Nacional de História*. Recife: ANPUH-Brasil, 2019.
- COTA, Luiz Gustavo Santos. *Ave, libertas: abolicionismo e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 27, p. 181-195, 2006.
- GILL, Lorena Almeida; LONER, Ana Beatriz; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. 3ª. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017.
- GONÇALVES, Mariana Couto. A voz do escravo: o eco transmissor da causa abolicionista pelotense. *História em Revista*, Pelotas, v. 19, p. 236-245, 2013.
- GONÇALVES, Mariana Couto. O 13 de Maio e a Festa Abolicionista Pelotense na revista ilustrada A Ventarola. In: Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual. Porto Alegre: *Brasil GT História, Imagem e Cultura Visual - ANPUH-RS*, 2013, p. 01-10.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 2001.
- LONER, Beatriz. A revolta que oficialmente não houve. *História em revista*. Pelotas, v. 3, p. 29-52, 1997.
- LONER, Beatriz. Gerações e conjunturas: a família Silva Santos. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013, p. 01-19.
- LONER, Beatriz. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: *Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos: Imprensa, História, Literatura e Informação*. Rio Grande: ED. FURG, 2007, p. 57-64.
- LONER, Beatriz. Abolição. In: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). *Dicionário de história de Pelotas*. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2012.
- MACHADO, Humberto Fernandes. José do Patrocínio e a luta contra a indenização aos “republicanos de 14 de maio”. In: *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: UFC, 2009, p. 01-09.

MARTINY, Carina. “O chefe político dos mais avançados republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

NUNES, Etiane Carvalho. “Não, a mulher brasileira não é escravocrata”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884). Trabalho de conclusão de curso. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2019.

OSORIO, Fernando; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *A Cidade de Pelotas*. 3ª. ed. Pelotas: Armazém Literário, v. 1, 1997.

PERES, Jéssica Rodrigues Bandeira. *Abaixo a monarquia: liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2021.

RAMOS, Gislaine Borba. “É a causa dos oprimidos que abraçamos”: considerações sobre a escravidão e liberdade nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre / 1870-1888). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litteraro e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

Notas de autoria

Jéssica Rodrigues Bandeira Peres é historiadora, mestre em História e doutoranda em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Capes. E-mail: jessicabandeiraperes@hotmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

PERES, Jéssica Rodrigues Bandeira. “Civilização e liberdade, pátria e humanidade”: os propagandistas republicanos pelotenses e a abolição da escravidão. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 47, p. 78-95, 2022.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 07/03/2022.

Modificações solicitadas em 06/07/2022.

Aprovado em 05/08/2022.